

**INSTABILIDADE POLÍTICA E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU**

**POLITICAL INSTABILITY AND ITS IMPACTS ON PUBLIC EDUCATION
POLICIES IN GUINEA-BISSAU**

Recebido em: 02/07/2022

Aceito em: 23/07/2022

Mutaro Seidi¹ 

Levi Marcelino Intumbo² 

Luís Miguel Dias Caetano³ 

Resumo: A Guiné-Bissau é um país que, após declarar a sua independência, mergulhou numa sucessão de crises políticas envolvendo, na maioria das vezes, a classe castrense. Essas crises afetaram vários setores da sociedade guineense, nomeadamente, as organizações públicas. Um dos setores mais afetados foi a educação, apresentando indicadores frágeis ao nível do investimento público, infraestruturas escolares, formação de professores, entre outros aspectos. A situação tem merecido a atenção de investigadores e organizações internacionais que atuam no país, destacando os riscos para o desenvolvimento e progresso da nação. O artigo tem como objetivo discutir sobre os impactos da instabilidade política nas políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau. Em termos metodológicos, recorreu-se a uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando fontes bibliográficas e documentais. Os resultados apontam que a instabilidade política é um dos elementos principais para o agravamento das políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau, provocando dificuldades ao nível das questões estruturais, nepotismo, falta de investimentos, elevadas taxas de abandono escolar, problemas de formação de professores, reduzidos índices de inovação, fuga de recursos humanos, culminando no baixo desempenho geral do sistema educativo nacional.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação; Instabilidade Política; Guiné-Bissau.

Abstract: Guinea-Bissau is a country that, after announcing its independence, was plunged into a succession of political crises involving, for the most part, the military class. These crises affected several sectors of Guinean society, namely, public organizations. One of the most affected sectors was education, with weak indicators in terms of public investment, school infrastructure, teacher training, among other aspects. The situation has merited the attention of researchers and international organizations operating in the country, highlighting the risks for the nation development and progress. This article aims to discuss the impacts of political instability on public educational policies in Guinea-Bissau. Methodologically, it is based on a qualitative approach research, using bibliographic and documentary sources. The results indicate that political instability is one of the main elements for the worsening of public education policies in Guinea-Bissau, causing difficulties at the level of structural issues, nepotism, lack of investment, high dropout rates, teacher training problems, low innovation rates, human resources lack, resulting in an overall low performance of the national education system.

Keyword: Public Policies; Education; Political Instability; Guinea Bissau.

¹ Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mutaroseidi90@gmail.com

² Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: levintumbo@gmail.com

³ Licenciado em Gestão de Empresas, Mestre em Comportamento Organizacional, Doutor em Educação e Pós-Doutor em Ensino. Atualmente é professor adjunto no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: migueldias@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A instabilidade política na Guiné Bissau, vem sendo assunto de debate tanto dentro quanto fora do país. Desde os lugares mais simples até nos lugares mais destacados, porque não se trata de um fenômeno novo na conjuntura política guineense, fazendo-se sentir desde os primórdios da formação do estado Bissau Guineense (SEMEDO, 2011; M'BUNDÉ, 2017).

A Guiné-Bissau é um pequeno país africano com superfície de 36.125 km² incluindo cerca de 80 ilhas, situado na costa ocidental, faz fronteiras com a república de Senegal ao norte de País e ao leste e sul com a Guiné Conacri. Ex-colônia de Portugal, que proclamou a sua independência em 24 de setembro de 1973 – reconhecida em 1974 – após onze anos da luta de libertação nacional liderada pelo carismático líder e fundador do partido africano para independência de Guiné e Cabo Verde, o Amílcar Cabral (AUGEL, 2007; CARVALHO, 2010; M'BUNDÉ, 2018; TEIXEIRA, 2008).

O país vem atravessando momentos de graves instabilidades desde a sua independência, o histórico de golpes e assassinatos cristalizam essa prática desde anos 80 – com o primeiro golpe de estado liderado pelo então comandante Nino Vieira – até os dias atuais estes episódios de instabilidades ainda são registrados no país. Como resultado, essas instabilidades cíclicas, têm fragilizado todo o aparato estatal onde o setor da educação não foi uma exceção (CARDOSO, 1995, 2002).

Diante disso, este texto propõe responder à seguinte pergunta: *de que forma a instabilidade político-partidária afeta as políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau?*

Para responder a essa questão adotou-se a abordagem qualitativa devido à sua característica centrada na análise e compreensão dos fatos e, enquanto procedimento técnico, essa pesquisa se socorreu da análise bibliográfica e documental. Quanto à análise bibliográfica, recorreu-se à consultada de artigos nas bases de *ScIELO* e *Google Scholar* e para a análise documental socorreu-se a jornais e relatórios.

Em relação a estrutura, este texto está estruturado da seguinte forma: a primeira parte é a introdução onde fez-se uma contextualização sobre o tema e a problemática do estudo; na segunda parte do texto, o desenvolvimento, debruçamos sobre as instabilidades político-partidárias na Guiné-Bissau e assim como as suas sequelas nas políticas educacionais no país; e por ultimo as nossas considerações finais.

CRISES POLÍTICO-PARTIDÁRIA NA GUINÉ-BISSAU (1974-2019)

Menos de uma década após a proclamação unilateral da independência e a consequente formação do Estado Guineense, o país mergulhou numa crise política que culminou com a deposição do então presidente da república Luís Cabral em 14 de novembro 1980, pelo auto intitulado movimento “reajustador” liderado pelo João Bernardo Vieira, então chefe das forças armadas que viria a assumir o cargo do presidente da república (SÁ, 2010; CARVALHO, 2014). A efetivação desse golpe foi justificada pelo tratamento desigual para com os dois povos pelo presidente da república, com alegações de que este se preocupava mais com os cabo-verdianos em detrimento dos Guineenses. Na visão dos combatentes da liberdade da pátria, o golpe serviu para retirar o país das mãos da elite cabo-verdiana (SÁ, 2010; TEIXEIRA, 2008; CARVALHO, 2014). Desde então, o país mergulhou nas cíclicas crises políticas provocadas pelas discórdias entre lideranças nacionais que, muitas das vezes, envolviam a classe castrense.

De acordo com Sá (2010), o regime do presidente Vieira falhou, tendo em conta o fator desconfiança para com os seus companheiros da luta. No entanto, o regime pautou-se mais pela perseguição dos adversários, tortura, prisões e até a morte de muitos que, de alguma forma, discordavam com o regime. A mais clara de todas foi o caso de suposto golpe militar de 17 de outubro de 1985, levando à prisão de mais de 60 oficiais superiores militares e culminou com a morte e fuzilamento de alguns que não suportaram a tortura “interrogatória”.

Nos finais dos anos 80 e início dos anos 90 fizeram-se ouvir vozes que exigiam uma abertura política, isto é, o fim do regime unitário para o multipartidarismo. Em 1991 o presidente Vieira ratificou a constituição até então vigente, que atribuía única e exclusivamente ao PAIGC a responsabilidade de dirigir e representar o povo Guineense. Nesta altura, surgiram mais de uma dezena de formações partidárias incluindo o Partido da Renovação Social (PRS), que viria a ser o maior adversário dos libertadores (M'BUNDÉ, 2018).

Em 1994, a comissão nacional das eleições instituída um ano antes realizou as primeiras eleições gerais pluralistas, cujo resultado ditou a maioria parlamentar ao partido libertador e a consequente formação de governo. E os resultados da corrida à presidência colocou no segundo turno o presidente Vieira e o seu opositor Dr. Kumba Yalá suportado pelo PRS. Vieira viria a ser o primeiro presidente eleito do país após derrotar o Yalá na segunda volta (TEIXEIRA, 2008; SÁ, 2010).

A presidência de Vieira durou cerca 4 anos que veio a culminar com a sua deposição após uma intensa guerra que dividiu a classe castrense em dois blocos: os governamentais, ou

seja, os pró-governo e a junta militar liderada pelo então chefe de estado maior general das forças armadas Ansumane Mané, na sequência de desentendimento entre os dois combatentes da pátria. Em causa estava a polémica exoneração de Mané pelo presidente que alegou ter suspeitas de transporte de armas de fogo para a região senegalesa de *Casamansa* (M'BUNDE, 2018).

De salientar que, nesta guerra, os sobreviventes do caso 17 de outubro de 1985, apoiaram a junta militar em busca da vingança, além da grande massa juvenil que se juntou à revolta. Passados onze meses, o presidente Vieira se retirou para exílio em Portugal e a junta militar controlou o país e formou elenco governamental transitivo até a realização das eleições gerais que foi conquistado pelo PRS com uma maioria relativa que precisou coligar com RGB para formar o governo e Dr. Kumba Yalá ao cargo de presidente da república (TEIXEIRA, 2006; TEIXEIRA, 2008; SÁ, 2010; M'BUNDE, 2018).

A presidência de Yalá foi marcada por muitas exonerações e nomeações de governos, e as divergências com a elite militar liderada por Ansumane Mané. Em causa estavam as promoções aos chefes militares, que, no entendimento de Mané era de cunho étnico, e as nomeações aos cargos de governo que recaiam sempre nos membros do seu partido e principalmente da sua etnia. Desta forma, o Mané tentou retirar as patentes aos recém promovidos chefes militares, o que provocou um conflito entre a classe e culminou com a sua morte. Na sequência foi nomeado o Veríssimo Correia Seabra ao cargo de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) (SÁ, 2010; M'BUMDÉ, 2018).

Em 2003 o chefe do estado maior general das forças armadas, Veríssimo Correia Seabra, protagonizou o golpe que depôs o regime do Yalá no dia 14 de setembro sob acusação de intrigas, promoção tribal e entre outros (TEIXEIRA, 2008). Na opinião do M'bunde (2018), seria contraditória essa afirmação, considerando que a maioria dos chefes militares pertenciam à etnia *balanta* e foram eles que derrubaram o regime do Yalá.

O país passou novamente por um período de transição política liderado pelo Henrique Pereira Rosa, até a realização das eleições legislativas cujo resultado apresentou novamente uma maioria relativa, desta vez com o PAIGC a sair vencedor com 45 cadeiras parlamentares, seguido do PRS com 35 e de Partido Unido Social Democrata (PUSD) com 17. O presidente manteve no posto até a realização das eleições presidenciais de 2005 ganha após o segundo turno com Malam Bacai Sanhá pelo recém retornado do exílio em Portugal João Bernardo

Vieira, presidente entre 1980 à 1998 (TEIXEIRA, 2008; DE SÁ, 2010; M'BUNDE, 2018; PINTO, 2019).

Vale ressaltar que, ainda no ano de 2004, em 6 de outubro, por falta de diálogo entre a classe castrense, foi assassinado o chefe de estado maior das forças armadas Veríssimo Correia Seabra, sob acusações de desvio de fundo destinado aos soldados que participaram da manutenção de paz na Libéria, e foi nomeado o Tagme na Waye para o seu posto, quem viria a permitir o retorno de Vieira ao país sem o consentimento do líder do governo (TEIXEIRA, 2008; CARVALHO, 2010; SÁ, 2010).

Empossado no dia 1 de outubro, o presidente Vieira depôs em 28 do mesmo mês o governo liderado por Carlos Gomes Júnior, nomeou de seguida o seu diretor de campanha nas eleições Aristides Gomes ao cargo de primeiro-ministro (CARVALHO, 2010; PINTO, 2019). Esta era foi marcada pelo envolvimento das chefias militares no tráfico de droga, apreensão de grande volume de cocaína no território Guineense, com destaque para o caso Biombo e avião 515 que, misteriosamente, desapareceu depois de ser detido por ter transportado droga ao território nacional.

Passados dois anos, neste caso em 2007 o país assistiu novamente ao episódio de assassinato de chefe militar, desta vez a vítima foi Comodoro Lamine Sanhá chefe de estado maior de marinha e guerra, mergulhando novamente o país na crise (CARVALHO, 2010). Em 2008, foram novamente realizadas as eleições legislativas e o PAIGC saiu como grande vencedor do pleito, indicando ao cargo de primeiro-ministro o seu presidente Carlos Gomes Jr, antes deposto pelo presidente Vieira, que o nomeou como recomenda a constituição Guineense de 1996 no seu artigo 68.

Mesmo tendo o Vieira nomeado, o Cadogo como é conhecido entre os Guineenses ao cargo de primeiro-ministro, sob a indicação do seu partido, os dois nunca tiveram relações apaziguadas. O ano de 2009 foi marcado pelas ondas de assassinatos que iniciaram na tarde do dia primeiro de março com o assassinato do Tagme Na Wayé, chefe de estado maior das forças armadas nas instalações de Quartel General “QG”. Horas depois, na madrugada do dia 02, o presidente Vieira foi assassinado por um grupo de militares na sua residência, meses depois, em 04 de junho foram assassinados dois dirigentes do PAIGC (Baciro Dabó e Hélder Magno Proença) nas vésperas da abertura da campanha eleitoral (CARVALHO, 2010).

Vale salientar que, o Baciro Dabó discordou da direção do partido dirigido pelo primeiro ministro e decidiu candidatar-se às eleições presidenciais do mesmo ano que viriam a ser ganhas

por Malam Bacai Sanhá, candidato apoiado pelo PAIGC, que dirigiu o país até o seu falecimento (9 de janeiro de 2012), vítima de doença prolongada na França. No mesmo ano, foram realizadas eleições presidenciais que viriam a ser interrompidas no segundo turno, por um levantamento militar liderado pelo António Indjai (CEMGFA) que depôs o primeiro ministro e candidato à presidência, que tinha acusado um ano antes de assassinatos de 2009, e levou com ele o presidente interino Raimundo Pereira, assumindo o posto após o falecimento do presidente Sanhá. Em causa estava o mau clima que se instalou entre o estado maior e o governo e a entrada da missão angolana (MISSANG) ao território Guineense (M'BUNDÉ, 2018).

Depois de dois anos, o governo organizou as eleições gerais em 2014 que contaram com grande apoio de um dos países parceiros (Timor Leste). Os resultados eleitorais da nona legislatura colocaram o PAIGC na Assembleia Nacional Popular (ANP) com uma maioria absoluta, e José Mário Vaz na presidência da república depois de superar o candidato independente Nuno Gomes Na Biam no segundo turno. Passado um ano, o presidente Vaz derrubou o governo de Pereira alegando corrupção e nepotismo, o que provocou novamente a crise político-institucional (M'BUNDE, 2018).

Essa era foi marcada por muitas mudanças de governos e bloqueio da ANP pelos deputados do PAIGC, e a expulsão do partido de deputados da bancada parlamentar do PAIGC que se recusaram a votar o instrumento de governação do seu partido. Este clima perdurou até a realização das eleições presidenciais de 2019 que colocou o Umaro Sissoco Embaló na presidência após derrotar o Domingos Simões Pereira no segundo turno, pondo fim à presidência de Vaz.

INSTABILIDADE POLÍTICA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ENTRE INSUFICIÊNCIAS E FRACASSOS

As ondas de instabilidade político partidária que o país se mergulhou ciclicamente nas últimas décadas vem impactando drasticamente e na máquina estatal, dito de outro modo, essas vicissitudes desestruturaram toda a máquina estatal causando vários problemas (LOPES, 1982; SEMEDO, 2011; SUCUMA, 2017, 2021). Esse emaranhado túrbido afetou de certo modo também o setor educativo em vários domínios, na qual podemos destacar casos mais notórios: nepotismo e desvios de fundos, fragilidades na formação de professores, absentismo,

infraestrutura, abandono escolar, cobertura escolar e baixo rendimento do sistema educativo (SUCUMA, 2015; MALÚ *et al.*, 2020; SEIDI, *et. al.*, 2021).

A inobservância rigorosa das leis – encorajada pela instabilidade política – pavimentou o caminho não só para os gestores de alto escalão (e em alguns casos de nível de rua) a saquearem e/ou a desviarem os ínfimos recursos que são destinados a setor de educação para os seus fins pessoais, mas também se instalou uma onda de nepotismo dentro do sistema, como resultado assistiu-se a nomeações dos diretores e professores à luz das filiações partidárias, relações de amizade, laços familiares, lembrando que essas práticas constituem um crime segundo o código penal e assim como coopera para o germinar das práticas de desvios de fundos (DJU, 2016). E essas nomeações de encunho partidário acaba não só colocando gestores competentes e experientes fora da gestão das escolas, mas também concorre para o afundar dessas escolas, conforme os escritos de Vicente (2004) e Costa, Lima e Leite (2015), gerir uma escola cobra do gestor determinadas praticas pedagogicas e capacitação constante para assegurar a qualidade do ensino e inovação.

O fraco investimento no setor educativo tem criado avanços morosos no sistema, verificando-se que as parcelas orçamentárias destinadas a este setor de ensino geralmente são esgotadas com o pagamento de salários dos funcionários. Um outro elemento interessante é a grande centralidade das escolas na capital Bissau, fato que concorre para uma elevada taxa de abandono escolar devido aos enormes custos com os transportes e às péssimas condições das estradas que ligam as cidades (TÉ, 2017; MALÚ *et al.*, 2020; SEIDI *et al.*, 2021).

No que toca com às questões de infraestrutura, o fraco investimento impossibilita as reabilitações das escolas que se encontram em condições precárias, obrigando não só os alunos a estudarem em condições desumanas, mas também envolvendo proprios docentes à trabalhar em pessimas condições, muitas das vezes com quadros velhos e improvisados, turmas sem mesas e cadeiras para os professores, salas de aulas lotadas e sem ventilações, etc. (MALÚ *et al.*, 2020; SEIDI *et al.*, 2021).

Para o caso de absentismo (ausência dos funcionários do exercício das suas funções), e, não menos importante frisar esse fenômeno que tem estado a prejudicar a eficiência, celeridade, e eficácia na prestação dos serviços públicos, esse fato ocorre por várias razões: insatisfação com o trabalho, problemas familiares, dificuldades financeiras, etc. (DJU, 2016). O mais frequente é a fuga dos docentes para as escolas particulares – em que embora são exigidos, supervisionados e cobrados a atingirem determinadas metas e objetivos, mas são bem

remunerados e valorizados, e acima de tudo assegurados as condições básicas e necessárias para desempenharem as suas funções – devido às péssimas remunerações e, muitas das vezes, em atraso, tendo resultados negativos no desempenho da máquina pública, ou seja, gerando ineficiência na prestação dos serviços públicos conforme os escritos de Té (2017) e Seidi *et al.*, (2021). Quanto fazemos alusão à ineficiência estamos referindo a pouca celeridade, fraca agilidade e muitos desperdícios na prestação do serviço (SILVESTRE, 2018; 2020).

Tudo isso concorre para o baixo rendimento do sistema educativo, e como fruto vai refletindo no resultado final, ou seja, nas qualidades dos alunos e estudantes que são preparados nas escolas (desde o nível pré-escolar até o ensino superior) e conseqüentemente nos quadros que servirão o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das reflexões empreendidas no texto, percebeu-se que as instabilidades político-partidárias que o país se mergulhou nas últimas décadas não só fragilizou o aparelho do estado como um todo, mas também afetou drasticamente as suas ações. Assistimos ao baixo rendimento do sistema educativo ocasionado pelo fraco investimento no setor. Como resultado não se conseguiu inovar, não se investiu na capacitação dos recursos humanos, as infraestruturas estão completamente degradadas, elevou-se o nível de absentismo e da fuga dos funcionários para as instituições privadas, cristalizou-se as péssimas condições de trabalho que os professores são submetidos e as políticas públicas não valorizam o setor da educação.

À vista disso, consideramos a emergência de iniciar um processo de mudança, partindo pela estabilidade política como ponto fulcral para o desenvolvimento das políticas públicas educacionais que, não só concorrem para o alcançar dos melhores resultados, mas também serão capazes de dialogar com as necessidades locais.

REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Editora Garamond, 2007.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. **Lusotopie**, v. 2, n. 1, p. 259-282, 1995.

CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002.

CARVALHO, Celisa Dos S. P.. **Guiné Bissau: Instabilidade como Regra.** – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT). – Lisboa 2014.

CARVALHO, Ricardo Ossagô. **Que Democracia? O processo de transição política e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009).** – Teresina-PI, 2010.

COSTA, Elisangela André Silva; LIMA, Maria Socorro Lucena; LEITE, Maria Cleide da Silva Ribeiro. A construção da profissionalidade do gestor escolar: concepções e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 31, n. 1, p. 65-84, 2015.

LOPES, Carlos. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau.** Edições 70, 1982.

M'BUNDÉ, Timóteo S. **As políticas externas Brasileira e Chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014).** – Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MALÚ, E. M; SEIDI, M; CAOMIQUE. P. G. **O acesso e permanência exitosa dos estudantes no ensino superior na Guiné-Bissau (2000-2018).** In: Cá. L. O; Farias. V. P. R; Medeiros. J. L; Cá. C. M. O. (Ed.) *Histórias que se cruzam no além-mar: educação e memória nos espaços lusófonos* (Vol.1, Cap. 18, pp. 225-236). Alexa Cultural, 2020.

M'BUNDE, Timóteo Saba. Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau. **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, n. 2, pág. 43-56, 2017.

PINTO, Bruno César. **Transição democrática e crises institucionais na Guiné-Bissau (1994-2012): os desafios da consolidação democrática.** Campinas, SP: [s.n.], 2019.

SÁ, Franklin Gomes Correia. **Os Sucessivos Golpes no Processo de Democratização na Guiné-Bissau.** Porto Alegre. 2010.

SEIDI, M; SANÉ, M; POLICARPO, G C; MALÚ, E. M. **O acesso à educação eficiente na Guiné-Bissau: Um direito de todos ou privilégios de alguns ?.** In: Cá, C. M. O; Medeiros. J. L; Freire, J. A.C; Cá L. O; Farias, V. P. R (Ed.). *Escola, ensino e meio ambiente: perspectivas docentes* (Vol. 1, Cap. II, pp. 131-149). Alexa Cultural, 2021.

SEMEDO, R. J. **O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político- institucionais.** In: 7º Congresso Ibérico De Estudos Africanos. Trabalhos apresentados. Lisboa, 2010.

SILVESTRE, Hugo Consciência. **A (Nova) governança pública.** Escola Nacional da Administração Pública – ENAP. 2019.

SILVESTRE, Hugo Consciência. **Gestão pública: modelos de prestação no serviço público.** Lisboa: Escolar Editora, 2010.

SUCUMA, Arnaldo. A participação do Estado e ensino superior no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2015.

SUCUMA, Arnaldo. Breve histórico sobre a construção do estado da Guiné-Bissau. **Cadernos de História UFPE**, v. 9, n. 9, 2017.

SUCUMA, Arnaldo. Política e Democracia na Guiné-Bissau pós-colonial. **Africa Development/Afrique et Développement**, v. 46, n. 2, p. 37-70, 2021.

TÉ, Francisco Armando Bilima. **Políticas Educativas na Guiné-Bissau: estudo longitudinal dos ensinos básico e secundário**. Dissertação (mestrado) – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Mestrado em Ciência Política, 2017.

TEIXEIRA, Ricardino J. D. **Sociedade civil e democratização na Guiné Bissau, 1994-2006**. – Recife, 2008.

VICENTE, NunoA. Guia do gestor escolar. **Da escola de qualidade mínima**. Edições ASA, 2004.